Globethics Repository



Corrupção: um ataque à democracia [Corruption: an attack on democracy]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Giannotti,José Arthur
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-15 05:56:08
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163157

Jamais será produzido um Estado que possa impedir a marcha da morte universal. Entretanto, enquanto vivermos é preciso que o Estado nos permita enfrentar e vencer (mesmo que tenhamos plena consciência de que esta vitória é sempre limitada) os sinais da morte espiritual, produzindo meios de educação da inteligência e da fé, da morte biológica, com a ciência e a medicina, da morte civil com a segurança da polícia e do exército. O Estado, ele próprio, é um meio para preservar o quanto possível a vida que está em nós.

Corrupção: um ataque à democracia

Entrevista com José Arthur Giannotti

Doutor em Filosofia pela USP, José Arthur Giannotti é professor emérito do Departamento de Filosofia da mesma universidade, presidente da Associação dos Amigos do Centro Universitário Maria Antonia e coordenador do Programa de Formação de Quadros Profissionais e da Área de Filosofia e Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), instituição da qual foi presidente nos períodos 1984-90 e 1995-2001. Suas principais publicações são Apresentação do mundo. Considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; Jugement moral et politique. Paris: École Normale de Fontenay, Saint-Cloud, 1996; Certa herança marxista. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; e Marx - vida & obra. Porto Alegre: L&PM, 2000. A entrevista que segue foi concedida pelo professor Giannotti ao IHU On-Line, por telefone.

IHU On-Line - No encerramento do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, realizado de 7 a 10 de julho em Brasília, foi dito que a corrupção impõe "ameaças à democracia, ao crescimento econômico e ao estado de direito". Como o senhor percebe a validade e a extensão de uma iniciativa como essa?

José Arthur Giannotti – Moralmente, são muito válidas manifestações como estas, mas o importante é sairmos da crise com instituições capazes de descobrir e punir a corrupção, principalmente aquela do sistema político. Penso que, em vez de ficarmos discutindo, é preciso que sejam tomadas medidas precisas para que o Ministério Público possa agir mais ou para que haja uma reforma do judiciário.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a conjuntura política atual no País?

José Arthur Giannotti – O governo Lula despertou uma onda de esperanças para a população brasileira. A manutenção da democracia vai depender de como reagirão os deserdados e de que grupos políticos conseguirão sair desta crise que abala o governo e o legislativo como um todo. Quando temos a conjunção de um partido com o governo de tal modo que as instituições democráticas, como o Congresso, passam a ser compradas, isso é, obviamente, uma desmoralização para a instituição. Isso é um ataque à democracia, dependente de seus representantes que, por sua vez, devem trabalhar livremente. Se os deputados ou senadores passam a ser comprados, a base da instituição democrática está sendo atacada.

IHU On-Line – Quais os rumos que o senhor vê para a democracia no Brasil?

José Arthur Giannotti – A primeira coisa a ser feita é uma apuração de todos os casos delituosos e depois começar a criar regras para que esses delitos não aconteçam mais ou, pelo menos, sejam menos freqüentes. Entre essas regras, poderia ajudar os políticos eleitos não poderem mudar de partido e a filiação partidária ser mais rigorosa. É preciso que aja um sistema, um vínculo mais importante entre os representantes e os representados.

IHU On-Line - É possível comparar os acontecimentos do governo Collor e o que está acontecendo com o governo de Lula e com seu partido, o PT?
José Arthur Giannotti – Há duas diferenças fundamentais. A primeira é que o PT chega ao poder, dizendo-se diferente de todos os outros partidos, mas agora governo e partido tentam nos convencer de que nada mais fizeram do que seguir as normas da corrupção do sistema político. A segunda é mais estrutural, pois a crise nasce de uma fusão entre partido e aparelho de estado que nem mesmo aconteceu durante o governo Collor. O caso do Collor é diferente, porque ele é um outsider da política, que vem como um furacão, subornando todo o mundo. Agora não. Agora temos um partido que é fundamental no andamento do sistema político brasileiro e que, de repente, o grupo de dirigentes desse partido desanda e começa a praticar ações delituosas. É um outro sistema. A crise hoje é mais intrínseca, pega a estrutura do processo representativo.

IHU On-Line - Nosso país é conhecido mundialmente pelo perfil corrupto de muitos de seus políticos. A que atribui a origem de tal comportamento na condução da coisa pública em nosso país?
José Arthur Giannotti – Todo nosso passado de país colonial e escravagista colabora para que tenhamos uma indefinição entre o público e o privado. Além disso, o Brasil se tornou uma sociedade de massa sem que a enorme diferença na distribuição de renda tenha sido, ao menos, restringida. Daí uma corrupção de uma elite que se considera acima de qualquer lei - pois tudo pode comprar - e de um povão miserável que tende a se vender por tostões. A origem disso está toda no nosso passado, na maneira como lidamos com a lei, com as instituições, etc. Infelizmente, a percepção que os estrangeiros têm de que somos um país corrupto, está se mostrando extremamente correta, mas nem tudo é podridão neste país onde "cantam os sabiás".

IHU On-Line - O que houve com a ética na política, ou ainda, é possível ter ética na política?
José Arthur Giannotti – A ética não pergunta se a pessoa um político ou um trabalhador normal. Todas as pessoas devem ser éticas. Acontece que existe uma lógica específica da política, em que o político prefere, às vezes, salvar o Estado e perder sua alma. Agora, obviamente, se ele cometeu um delito ele vai ser punido da maneira adequada. Se acontece corrupção, ela é condenada por nós, que não achamos esse ato lícito. Não é porque existe uma zona cinzenta na política que os atos deixam de ser corruptos ou adequados.

IHU On-Line - Um Estado corrupto perde nos mais variados aspectos, quer seja na administração da coisa pública, quer seja na participação política do cidadão, que desanimado passa a se omitir. Assim, a corrupção gera e aprofunda uma postura de revolta e negação da política entre os cidadãos. Seria ela um elemento niilista na sociedade? Como superar esse desencanto do povo na participação e na construção de seu futuro?
José Arthur Giannotti – O niilismo pode virar indiferença, de tal modo que a sociedade tenderia a se descolar da política. Esta por sua vez giraria em falso sobre si mesma, de sorte que o País correria o risco de parar por anomia. Duas coisas precisam ser feitas: primeiro uma reforma geral do sistema político, que não deve

ser feita agora, porque uma reforma seria um arremesso, mas seria uma reforma profunda, de tal maneira que os representantes do povo apareçam realmente defendendo os interesses do povo. Em segundo lugar, é preciso, também, que a vida cotidiana seja menos miserável, menos confusa do que é atualmente.

IHU On-Line - A corrupção é, ao mesmo tempo, uma violência burocrática e um fenômeno complexo a ponto de transcender as paredes dos gabinetes, atingindo toda a população em função dos resultados práticos que produz. Em seu ponto de vista, quais seriam as piores conseqüências do fenômeno?
José Arthur Giannotti – Um fenômeno tão geral não tem conseqüências piores, é o País como um todo que não daria certo. E isso acontece na história da humanidade. Uma conseqüência da corrupção no Brasil hoje seria a entrada num sistema de anomia, em que tudo começa a patinar e não vamos nem para trás, nem para frente. Não faço aposta nenhuma sobre o futuro da situação atual. Apenas lamento e fico triste.

Orçamento participativo para garantir transparência e moralidade com os recursos públicos

Entrevista com Emir Sader



Para Emir Sader, "a superação positiva desta crise só pode vir de uma generalização do orçamento participativo". Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj e autor, entre outros, de A vingança da História. São Paulo: Boitempo, 2003. Dele, publicamos um artigo na 146ª edição, de 20 de junho de 2005, e outro, na 148º edição, de 4 de julho de 2005.
Sader é graduado em Filosofia, mestre em Filosofia Política e doutor em Ciência, cursos realizados na USP. A entrevista a seguir foi concedida por e-mail.

IHU On-Line – Que ameaças impõe a corrupção à democracia, ao crescimento econômico e ao estado de direito?
Emir Sader – O diagnóstico dos EUA é exatamente este: não vale a pena ajudar os países "pobres", porque a corrupção leva os recursos que deveriam ser destinados a tirar esses países da sua pobreza. Organizações como "Transparência Internacional"[10]

10 Transparência Internacional é uma organização não-governamental fundada em maio de 1993 e com sede em Berlim. O seu principal objetivo é a luta contra a